

**ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DA COMISSÃO DE DIREITO DIGITAL E
INFORMÁTICA DA ORDEM DOS
ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO DE
GOIÁS, NO EXERCÍCIO DE 2019,
REALIZADA EM 19/08/2019.**

Aos dezanove dias do mês de agosto de dois mil e dezanove (19/08/2019), às 19h na Sala de Sessões III da OAB/GO, foi instalada a 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Direito Digital e Informática da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás, no exercício de 2019. **Estiveram presentes e justificaram ausência os membros:** conforme lista de presença anexa. **1. VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM E ABERTURA.** Verificada a existência de quórum, o Presidente Dr. Paulo Emílio De Oliveira e Silva declarou aberta a reunião. **2. LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA:** A presente ata foi lida e aprovada ao final da reunião. **3. COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA:** **3.1.** Treinamento SEUU (Sistema Eletrônico de Execução Unificada), ocorrerá no dia 22/08/2019, às 14:00h na Sede da OAB/GO para os advogados que desejam ser multiplicadores do sistema e seja capacitado na ESA/GO. Treinamento será dado na seccional e nas subseções do Estado. **3.2 Melhorias no PJD:** O Vice-Presidente abordou a votação da ordem de prioridade das melhorias referentes ao PJD, de tal forma que será encaminhado no grupo desta Comissão a votação via Google Forms para que haja a referida identificação de uma classificação a depender da sua importância. A votação permanecerá a disposição no transcorrer de cinco dias úteis e, ao final do prazo, seus resultados serão encaminhados ao TJ-GO para as devidas sugestões de melhoria. **3.3 Propostas de Seminários:** Em vista da recorrência do Direito Digital como pauta de diversos assuntos da contemporaneidade, o Presidente aborda a questão da necessidade de realização de eventos neste ano, sugerindo a realização de três seminários temáticos, quais sejam um seminário sobre a Prova Digital, a exemplo de evento realizado por esta Comissão no ano passado, abordando questões de sua validade, obtenção e análise, bem como um seminário sobre a LGDP no que tange à iminência de sua aplicação. Abertas as discussões quanto ao assunto, os membros abordaram ainda a necessidade de um seminário a respeito de Fake News, em vista da proximidade de eleições, e ainda a respeito de ameaças cibernéticas. Também houve abordagem quanto à comunicação com a ESA para realização de cursos ou palestras a respeito da LGPD, ao que o Presidente afirmou que já havia discutido a questão com o Dr. Rafael Lara, Presidente da ESA, afirmando ainda que haverá de fato essa parceria e que a CDDI poderá auxiliar na organização dos referidos cursos, bem como também afirmou que a ESA auxiliará na realização do seminário sobre o mesmo tema. O objetivo do referido seminário quanto ao alerta para a sociedade, inclusive voltado para o empresariado, foi ressaltado pelos membros diante da complexidade da questão e da necessidade do amparo advocatício para o empresariado. A Dra. Elizangela Rodrigues Lopes de Oliveira Rocha ressaltou a possibilidade de contato direto com o empresariado para a oferta desse amparo, o que pode se dar mediante parceria com o SEBRAE. A necessidade de abordagens múltiplas do assunto por esta Comissão, com a



atuação em frentes diversas, como a voltada para o empresariado e a voltada para advogados, implica na realização do já mencionado seminário, bem como pode haver o foco na questão técnica, necessária à atuação advocatícia, diretamente nos cursos em parceria com a ESA. O Dr. Paulo Henrique reiterou a importância da discussão da LGPD e abordou ainda a questão do Marco Civil da Internet, ressaltando que pode haver maior abordagem dessa Lei, sendo um tema importante a ser discutido, tanto na ESA como no âmbito desta Comissão. O Presidente ressaltou a importância da LGDP, frente às perspectivas de que o impacto a ser causado por essa lei serão grandes e inéditos no cenário brasileiro dentro de sua área de abrangência. **3.3.1 Seminário sobre a LGPG:** O Presidente afirmou que já fixou uma data com o Dr. Rafael Lara, qual seja o dia 20/09/2019, de tal forma que o evento durará uma manhã e uma tarde, contando com múltiplos painéis separados por um intervalo para almoço, contando com ao menos um palestrante de fora do Estado. Nessa senda, caberá a esta Comissão refletir quanto aos palestrantes e ver questões estruturais nesse sentido; **3.3.2 A Prova Digital. 3.3.3 O Marco Civil na Internet. 3.4 Análise de Casos:** Aproveitando a abordagem do Dr. Paulo Henrique a respeito da possibilidade de abordagem de temas diversos de Direito Digital no âmbito da ESA mediante palestras, seria melhor fazer a referida abordagem nas sessões desta Comissão, de tal forma que seriam realizados mini seminários abordando temas diversos nesse sentido. **3.5 Diversos:** O Presidente ressaltou a realização de debates multidisciplinares a respeito do Direito à Intimidade e dos reflexos das novas tecnologias frente à intimidade dos indivíduos na sociedade atual. A questão foi reiterada pela Dra. Elizangela Rodrigues Lopes de Oliveira Rocha, que explanou a respeito dos reflexos que a tecnologia tem na ciência dos indivíduos quanto ao ser poder decisório e a importância do reconhecimento de sua atuação cibernética e os resultados desta no cotidiano, o que ensejou a manifestação dos demais membros a respeito da necessidade de contato com escolas e universidades para difusão desse tipo de conhecimento. O Dr. João Marcos Lima Campos afirmou que a Subcomissão CAJ responsável por esse contato já tem atuação recorrente nas escolas em diversas questões, principalmente no que se refere ao Cyberbullying, sendo possível uma abordagem mais aprofundada pela CDDI, o que pode implicar participação maior nas Faculdades. A Dra. Jéssica Rodrigues Magalhães reforçou a questão e ainda destacou a possibilidade de parceria com outras comissões no que se refere ao Direito do Consumidor. A Dra. Elizangela Rodrigues Lopes de Oliveira Rocha também reforçou a necessidade da participação da OAB nas faculdades se dar não apenas no curso de Direito, mas também em outros cursos. Houve ainda discussões quanto às alterações a serem proporcionadas pela tecnologia 5G no que se refere às formas de comunicação. Outra abordagem foi o fornecimento de dados pessoais e como essas informações revelam padrões de consumo e podem ter diversas consequências na vida das pessoas, especialmente no que se refere à questões como especificidades de planos de saúde a depender de medicamentos frequentemente consumidos. **3.6 Análise de Casos – Validade de provas quando fruto de vazamento de informações:** O Presidente passou a abordar a referida questão no que tange ao caso prático dos vazamentos da Lava-Jato. Afirmou que há grande dificuldade de apurar a veracidade do conteúdo que teria sido vazado frente ao conteúdo do aparelho de origem. Também discutiu-se a questão da veracidade de diálogos das pessoas, especificamente quanto às possibilidades futuras de simulação da voz de pessoas, em total afronta aos direitos da personalidade e da privacidade. Houve ainda discussões quanto às facilidades na descoberta de dados pessoais de terceiros e na quebra da privacidade de pessoas. A Dra.



D. J. P.

Jéssica Rodrigues Magalhães abordou a questão da necessidade de intimação pessoal frente a diversas ocasiões em que a parte tem ciência da existência do processo, mas há diversas dificuldades no que tange à eficácia dessa intimação. **4. ORDEM DO DIA. 4.1 Expediente:** nenhum. **4.2. Processos com julgamento iniciado:** nenhum. **4.3. Processos com julgamento adiado:** nenhum. **4.4. Julgamento de Processos pauta do dia: 4.4.1 Conhecimento:** nenhum **4.4.2. Julgamento:** nenhum. **5.COMUNICAÇÕES DOS PRESENTES:** nenhum. **6. ENCERRAMENTO.** O Presidente da Comissão de Direito Digital e Informática, Paulo Emílio de Oliveira Fernandes, declarou encerrada a reunião. Nada mais havendo para ser relatado, eu, Diogo Almeida Ferreira Leite Secretário Geral da Comissão de Direito Digital e Informática, lavrei a presente ata que lida e aprovada, foi por mim assinada e pelo Presidente da Comissão.



Paulo Emílio De Oliveira e Silva
Presidente da Comissão de Direito Digital e Informática



Diogo Almeida Ferreira Leite
Secretário Geral da Comissão de Direito Digital e Informática



Comissão de Direito Digital e Informática

GOIÁS

LISTA DE PRESENCAS REUNIÃO EM: 19/08/2019 às 19:00 H

1. PAULO EMÍLIO DE OLIVEIRA E SILVA - PRESIDENTE	
2. DYEGO FERREIRA BEZERRA - VICE- PRESIDENTE	
3. DIOGO ALMEIDA FERREIRA LEITE - SECRETÁRIO	
4. MARIELLY RAMOS GUIMARAES – SECRETÁRIA-ADJUNTA	
5. ANA CAROLINA COUTINHO ORTIZ	
6. ARLAN DE ARAUJO XAVIER	
7. BÁRBARA COSTA LIPPI	
8. CAIO DE OLIVEIRA GONÇALVES	
9. CESAR ROMERO NEPOMUCENO	
10. DANIEL FELIPE OLIVEIRA CRUZ	
11. DEBORA RODRIGUES CAMPOS DE ANDRADE	
12. DIEGO JEJEES DIAS FERNANDES	
13. ELIZANGELA RODRIGUES LOPES DE OLIVEIRA ROCHA	
14. HUMBERTO MARINHO ABREU OLIVEIRA	
15. JACKSON ANDREW NASCIMENTO SOUSA	
16. JÉSSICA RODRIGUES MAGALHÃES	
17. JOÃO JORGE CHEIN	
18. JOAO MARCCOS LIMA CAMPOS	
19. LÁSARO AUGUSTO DA SILVA	
20. LUCIANA LOANDA FERREIRA	
21. LUCIANO FERREIRA SCAFF	
22. LUIZ FERNANDO CALDAS FREITAS	
23. MARCELO ALMEIDA GONZAGA	
24. PAULO HENRIQUE FARIA	
25. RENATO RODRIGUES FRANÇA	
26. THAYNARA RIBEIRO LISBOA MEIRELES	
27. VINICIUS ALESSANDRO MONTES	
28. WENISCLAYTON MENDES DE OLIVEIRA LOPES	
29. WILLIAN REIS DA SILVA	